

Trajetórias da Pobreza e da Privação

Uma análise da última década

Portugal, Balanço Social

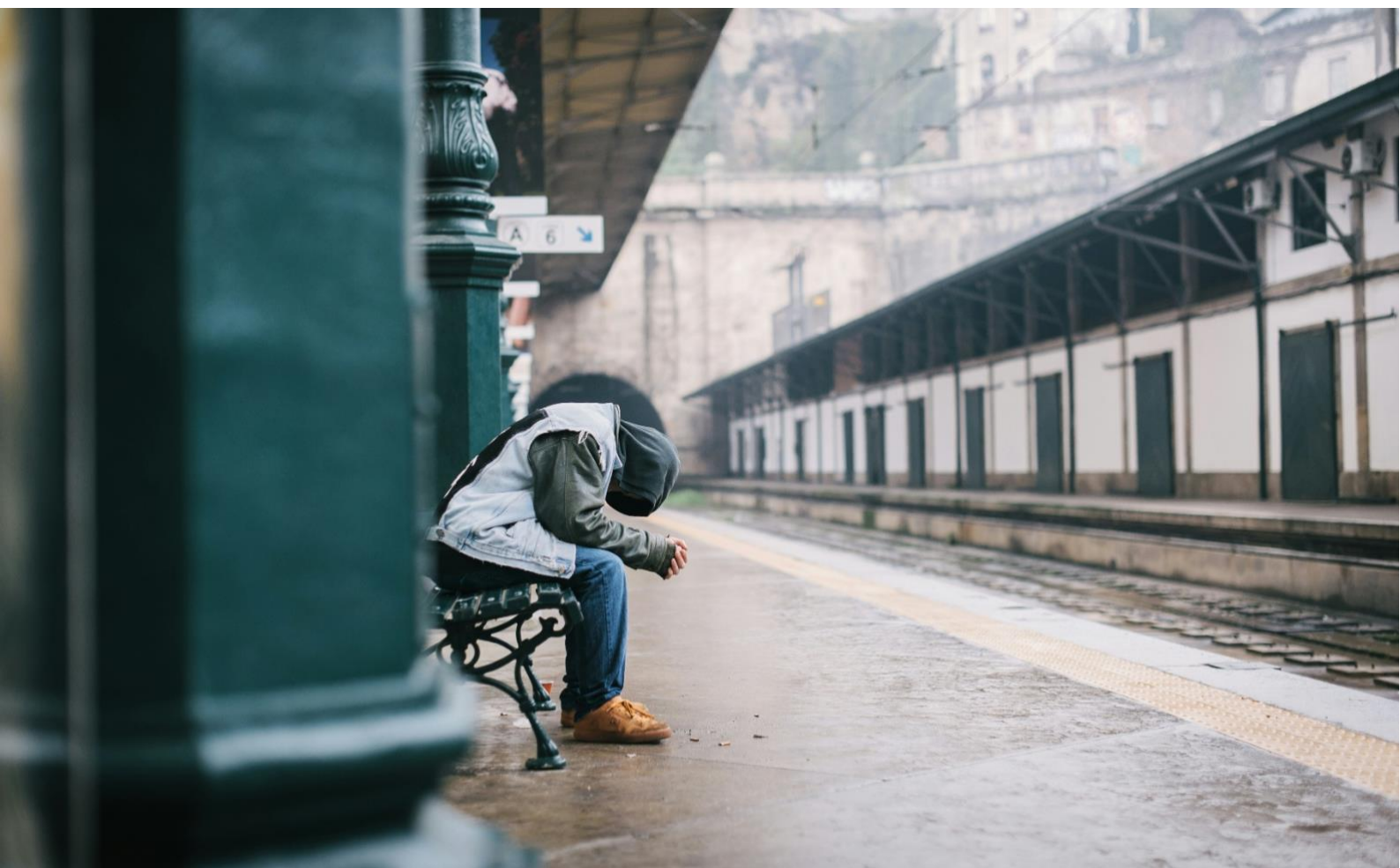
Perspetivas

Bruno P. Carvalho, Universidad de Alcalá e ECARES (Université Libre de Bruxelles)

João Fanha, Nova School of Business and Economics

Miguel Fonseca, Nova School of Business and Economics

Susana Peralta, Instituto Superior de Economia e Gestão



Fotografia de capa de Maksym Kaharlytskyi, disponível em *Unsplash*.

Esta nota é um complemento ao relatório anual "Portugal, Balanço Social", um projeto da [Iniciativa para a Equidade Social](#), uma parceria entre a Fundação "la Caixa", o BPI e a Nova SBE, que visa impulsionar o setor social em Portugal com uma visão de longo prazo, traçando um retrato e desenvolvendo programas de investigação e capacitação para apoiar organizações sociais. O relatório anual "Portugal, Balanço Social" destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal. Consulte o relatório [Portugal, Balanço Social 2025 aqui](#).

EQUIPA



**SUSANA
PERALTA**

Coordenadora Científica



**BRUNO
P. CARVALHO**

Coordenador Científico



**MIGUEL
FONSECA**

Investigador



**JOÃO
FANHA**

Investigador

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Entre 2022 e 2025, **25,6%** da população esteve em **risco de pobreza pelo menos num ano**, **6,9%** esteve em **risco de pobreza nos quatro anos** e **74,4%** **nunca** esteve em **risco de pobreza**;
2. Em 2025, **9,5%** da população residente em Portugal estava em **pobreza persistente**, isto é, encontrava-se na pobreza em 2025 e em pelo menos dois dos três anos anteriores. Assim, das **15,4%** pessoas que viviam na **pobreza** em 2025, **61,7%** estavam em situação de **pobreza persistente**;
3. A **pobreza persistente** **diminuiu** significativamente **na última década**, de **13,6%** em 2015 para **7,1%** em 2024;
4. Em 2025, a **pobreza persistente** é **ligeiramente superior** entre **os mais velhos**: **10,6%** das pessoas com 65 ou mais anos, contra **9%** dos 18–64 anos e **9,3%** dos menores de 18;
5. A **pobreza persistente** das **crianças** **diminuiu** substancialmente nos últimos dez anos: passando de **18,1%** em 2015 para **9,3%** em 2025;
6. Em 2025 a **privação material e social persistente** atingia **5,8%** da população, enquanto a **privação severa persistente** abrangia **1,8%**;
7. Em 2025, as **dimensões de privação mais persistentes** foram: a incapacidade de pagar uma semana de férias fora de casa (**25,4%**), a incapacidade de substituir móveis usados (**22,4%**) e a incapacidade de suportar despesas inesperadas (**20,7%**);
8. Em 2025, **28,8%** das pessoas em **pobreza persistente** encontravam-se também em **privação material e social persistente**, contra apenas **3,4%** das pessoas que **não estavam em pobreza persistente**;
9. Entre as pessoas em **risco pobreza persistente**, predominam **níveis mais baixos** de **satisfação geral com a vida**, com **6,9%** a declararem-se “nada satisfeitas” e **4,6%** “pouco satisfeitas”. A proporção de pessoas nada ou pouco satisfeitas com a vida é **quatro vezes menor** (2,8%) nas que **não estão em situação de pobreza persistente**.

10. Entre as pessoas em **risco privação persistente**, predominam **níveis mais baixos de confiança interpessoal**, com **24,5%** a declararem-se “nada confiantes”. Em contraste, entre as pessoas que **não se encontram em privação persistente**, esta proporção é de **7,2%**.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. POBREZA PERSISTENTE	8
3. PRIVAÇÃO PERSISTENTE	17
4. SATISFAÇÃO COM A VIDA E CONFIANÇA INTERPESSOAL	24
ANEXO	29

1. Introdução

A pobreza e as situações de privação são dinâmicas. Isto é: um indivíduo pode encontrar-se numa situação de pobreza, num determinado ano, e sair dela no ano seguinte. Do mesmo modo, uma pessoa pode permanecer na pobreza por longos períodos.

Qual é a importância da análise dinâmica da pobreza?

O estudo intertemporal da evolução das condições de vida dos mesmos agregados tem várias consequências para a análise da pobreza numa sociedade.

Por um lado, duas pessoas pobres, digamos em 2025, podem estar em situações muito diferentes, consoante o seu percurso de entradas e saídas da situação de pobreza. Se a pessoa entrou na pobreza apenas naquele ano, poderá ter algumas poupanças e ter uma relação mais estável com o mercado do trabalho, passível de ser reativada rapidamente. Se a pessoa está na pobreza de modo continuado, há muitos anos, ou desde a infância, a probabilidade de ter cristalizado mecanismos de exclusão difíceis de reverter é muito maior.

A outra razão para estudar pobreza de um ponto de vista dinâmico prende-se com alterações do rendimento ao longo do ciclo de vida. É mais fácil perceber este argumento com uma sociedade hipotética em que todas as gerações ganham o

mesmo quando são jovens, na idade ativa e na idade da reforma. É uma sociedade completamente igualitária: um indivíduo pode ter oscilações de rendimento ao longo da vida, mas essas oscilações são iguais para todas as gerações. Nesta sociedade, do ponto de vista do rendimento ao longo do ciclo de vida, não há pobres. Suponhamos, ainda, que as pessoas jovens são pobres, porque estão no início do seu percurso profissional e têm rendimentos mais baixos. Neste caso, quando medimos a pobreza num determinado momento, a taxa de pobreza será positiva. As consequências, do ponto de vista do bem-estar e das políticas públicas, são muito diferentes. Se a pobreza num determinado momento se explicar apenas por oscilações de rendimento próprias ao ciclo de vida de cada indivíduo, os mercados de crédito vão mais facilmente dar crédito a estas pessoas contra ganhos futuros. Já no caso da pobreza persistente, não há qualquer forma de o indivíduo ter acesso a rendimento futuro através do crédito, porque esse rendimento futuro é insuficiente.

Daqui decorre a importância de complementar a análise das taxas de pobreza estáticas - que medem a pobreza num determinado momento - com as taxas de pobreza dinâmicas - que medem a pobreza num período mais alargado ou, no limite, tendo em conta a totalidade do rendimento ao longo do ciclo de vida. Embora os dados existentes apenas permitam seguir cada pessoa ao longo de quatro anos, é importante manter em perspetiva a razão de ser deste tipo de análises.

Com que dados podemos analisar as dinâmicas de pobreza?

Idealmente, gostaríamos de estudar as dinâmicas de entrada e saída da pobreza ao longo de um período de tempo alargado - provavelmente, desde o nascimento. Porém, os dados existentes não nos permitem realizar este tipo de análise. Para tal, necessitaríamos dados de painel que seguissem as famílias ao longo do tempo - o que pode levar a uma diminuição da qualidade da informação devido à fadiga relacionada com a repetição de inquéritos ao longo dos anos. Em alternativa, é possível recorrer a bases de dados de natureza administrativa, como as de impostos e da segurança social, desde que estas cubram um período alargado de tempo e, idealmente, permitam a ligação entre gerações. Nenhuma destas possibilidades existe em Portugal.

Em alternativa, este relatório explora a dimensão longitudinal do ICOR, que permite seguir cada família entrevistada ao longo de quatro anos. Usamos o ICOR longitudinal 2022-2025, com uma amostra representativa de 6 057 indivíduos com

residência principal em Portugal. Complementamos esta informação com os inquéritos de 2012-2015 até 2022-2025 para ter uma visão mais ampla da variação temporal. Ainda assim, importa salientar que a cada quatro anos a amostra inquirida muda, o que implica que não observemos os mesmos agregados em mais do que um quadriénio.

Estes dados permitem caracterizar as dinâmicas do rendimento num intervalo relativamente curto, pelo que oferecem um retrato conservador da dinâmica de pobreza. Num horizonte mais alargado, em princípio, seria possível (i) caracterizar, de modo mais detalhado, entradas e saídas da pobreza com diferentes horizontes temporais, (ii) estudar situações de pobreza persistente ao longo da vida e (iii) avaliar a mobilidade social (ou falta dela) em ciclos mais longos.

A Figura 1 caracteriza a mobilidade dos indivíduos entre quintis do rendimento equivalente, entre 2022 e 2025 e ilustra a importância da inclusão da dimensão temporal nos rendimentos de um mesmo conjunto de agregados.¹ A primeira coluna da figura mostra que entre os que estavam nos 20% mais pobres em 2022 (Q1), 64,6% continuavam no mesmo grupo em 2025 e 35,4% subiram para um dos quintis seguintes: 23% para o Q2; 7,1% para o Q3; e assim sucessivamente. Isto indica que estes agregados viram melhorada a sua posição ao longo da distribuição de rendimento.²

O curto horizonte temporal condiciona, naturalmente, as possibilidades de mobilidade. De facto, independentemente da posição na distribuição do rendimento, o grupo mais representativo corresponde às pessoas que, em 2025, permaneciam no mesmo quintil em que se encontravam em 2022. Os quintis com maior persistência são o último, com 73,9%, e o primeiro, com 64,6%.

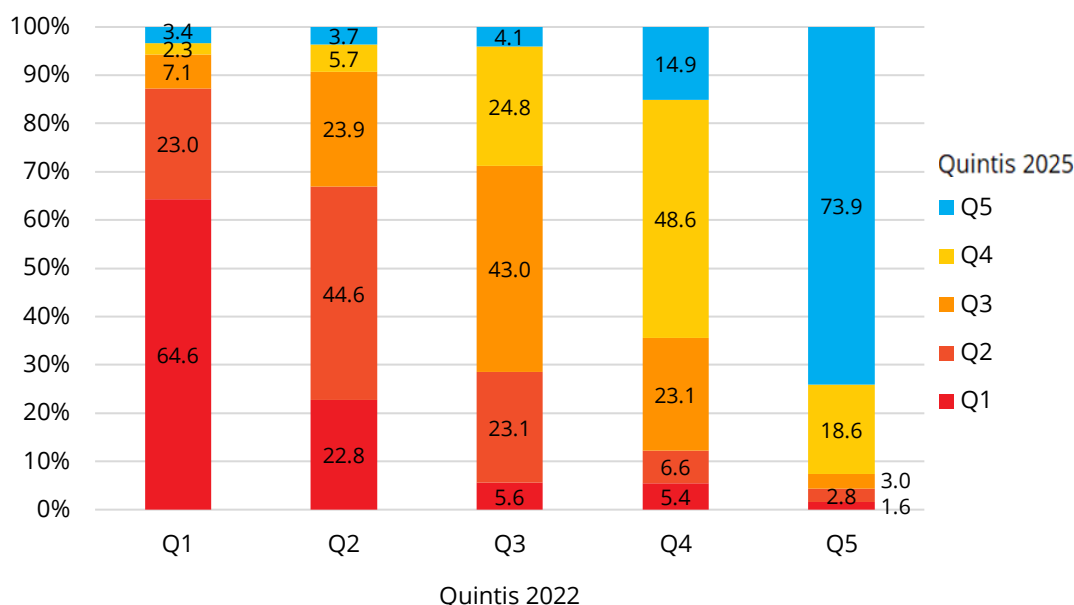
Apesar desta persistência, observa-se igualmente mobilidade entre grupos adjacentes: por exemplo, 23,0% dos indivíduos inicialmente no primeiro quintil passaram para o segundo, enquanto 22,8% dos que estavam no segundo quintil passaram para o primeiro. Os movimentos entre quintis mais afastados são, em

¹ A Figura 1 mostra a percentagem de rendimento detida por cada quintil da população em 2022 e a transição para 2025. Para construir esta figura, ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento. Depois, tendo em conta o número de indivíduos em cada família, formamos cinco grupos, cada um com um quinto (20%) do número total de pessoas. Finalmente, calculamos a proporção do rendimento total que cada um dos grupos detém. Este cálculo é feito para 2022 e 2025.

² Em 2025, um indivíduo pertencia ao 1º quintil do rendimento equivalente (Q1) se auferisse menos de 9 572 €, ao 2º quintil (Q2) se auferisse entre 9 572 € e 12 820 €, ao 3º quintil (Q3) se auferisse entre 12 820 € e 16 342 €, ao 4º quintil (Q4) se auferisse entre 16 342 € e 22 416 € e ao 5º quintil (Q5) se auferisse mais de 22 416 €.

geral, menos frequentes – um resultado que decorre do curto prazo de análise e não deve ser interpretado como sinal de baixa mobilidade social.³

Figura 1 – Mobilidade entre os quintis do rendimento equivalente, entre 2022 e 2025 (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Estes cálculos foram feitos usando o *Distributive Analysis Stata Package*.

3. Interpretação: Entre as pessoas que em 2022 estavam nos 20% mais pobres (Q1), 64,6% continuavam entre os 20% mais pobres (Q1) em 2025.

Que medidas de pobreza e privação persistente analisamos neste trabalho?

Podemos analisar a persistência da pobreza de duas formas. Em primeiro lugar, usando a definição do Eurostat, a *taxa de risco de pobreza persistente*, que é a percentagem da população com rendimento abaixo da linha de pobreza no ano em análise e em, pelo menos, dois dos três anos anteriores. Neste caso, dizemos que uma família está em risco de pobreza persistente em 2025, se o seu rendimento equivalente está abaixo do limiar de pobreza em 2025 e também o esteve na maioria dos três anos anteriores.

Em segundo lugar, podemos calcular a percentagem de indivíduos que se encontrou em situação de pobreza em zero (nunca foram pobres), um, dois, três ou quatro anos (nunca saíram da pobreza) no período analisado.

³ A Tabela A1, em anexo, mostra a mesma matriz de transição para o período de 2016 a 2019, um período não condicionado pelas dinâmicas particulares dos anos da pandemia. Os resultados exibem relativa estabilidade face ao observado entre 2022 e 2025.

Além da pobreza monetária, podemos também medir a evolução das condições de vida das famílias mediante o seu acesso a um conjunto de bens e serviços. De modo análogo à pobreza monetária, a *taxa de privação material e social persistente* é definida pela percentagem da população em privação material e social no ano em análise e em, pelo menos, dois dos três anos anteriores. O INE recolhe informação acerca do acesso das famílias e dos indivíduos a vários itens de natureza material e social. O indicador oficial de privação material e social considera uma lista de 13 dimensões essenciais ao bem-estar material e social.⁴ Considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco, ou mais, dos treze elementos desta lista. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa.

Analizamos, igualmente, a percentagem de indivíduos que se encontrou em privação material e social em zero (nunca estiveram em privação), um, dois, três ou quatro anos (estiveram sempre em privação) no período analisado. Adicionalmente, estendemos esta análise para a lista de 13 dimensões usadas para calcular a privação material e social.

2. Pobreza Persistente

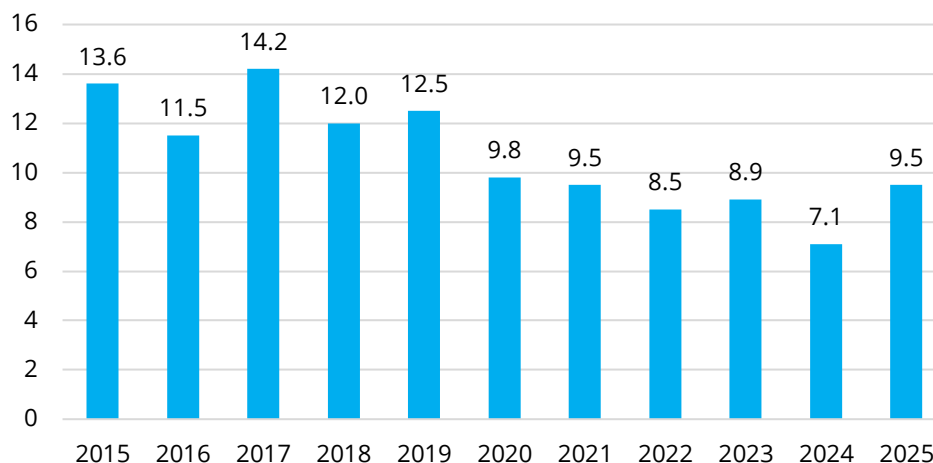
A Figura 2 mostra a tendência globalmente decrescente da taxa de pobreza persistente nos últimos 10 anos. Depois de atingir 14,2% em 2017, o indicador diminuiu de forma significativa nos anos seguintes, atingindo um mínimo de 7,1% em 2024, antes de aumentar novamente para 9,5% em 2025.

Este último valor significa que, em 2025, 9,5% das pessoas residentes em Portugal se encontravam em risco de pobreza nesse ano e tinham estado também nessa situação em pelo menos dois dos três anos anteriores. Isto significa que 1 em cada 10 residentes em Portugal enfrentava uma situação de vulnerabilidade económica persistente.

É também interessante contrastar este número com a proporção de pessoas em risco de pobreza apenas em 2025: 15,4%. Isto significa que entre os pobres, 61,7% estão situação de pobreza persistente.

⁴ As Tabelas A2 e A3, em anexo, mostram a lista das 13 dimensões essenciais ao bem-estar material e social, ao nível do agregado e do indivíduo.

Figura 2 – Taxa de risco de pobreza persistente (%)



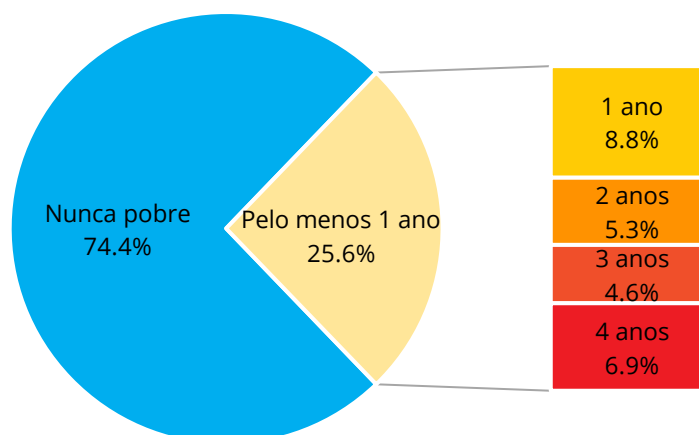
1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 9,5% das pessoas residentes em Portugal viviam em risco de pobreza e tinham também vivido em risco de pobreza em pelo menos dois anos entre 2022 e 2024.

De acordo com a Figura 3, entre 2022 e 2025, cerca de três quartos da população residente em Portugal (74,4%) não esteve em risco de pobreza em nenhum dos quatro anos considerados. Em contraste, 25,6% esteve nessa situação durante pelo menos um ano, destacando-se que 6,9% da população permaneceu em risco de pobreza ao longo dos quatro anos em análise, e 4,6% em três dos quatro anos. As situações de pobreza mais transitórias, abrangem 8,8% da população durante apenas um ano e 5,3% durante dois anos.

Figura 3 – Número de anos em risco de pobreza, entre 2022 e 2025 (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

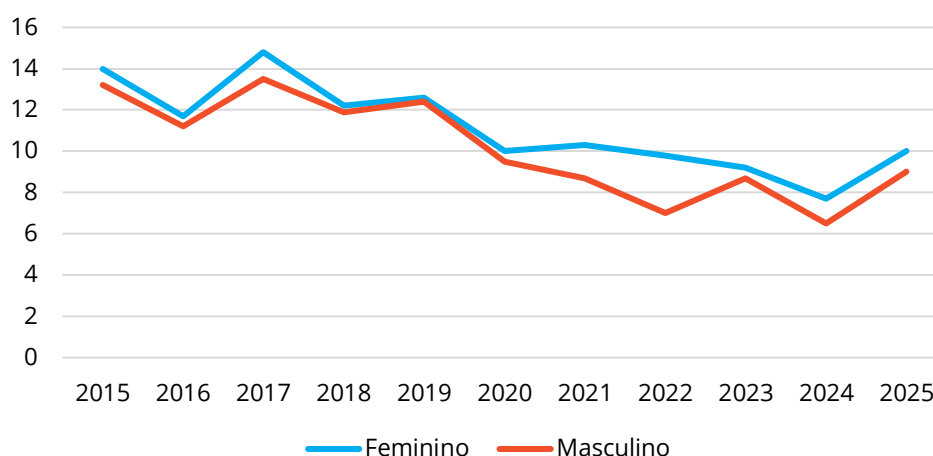
2. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 6,9% da população residente em Portugal viveu em risco de pobreza todos os anos.

Existem diferenças de género na pobreza persistente?

Os dados da Figura 4 e da Tabela 1 mostram que a pobreza persistente afeta mais as mulheres do que os homens, embora as diferenças não sejam muito significativas.

A evolução da taxa de pobreza persistente por género consta da Figura 4. Ao longo dos 11 anos observa-se em ambos os grupos uma tendência de redução desde meados da década passada, interrompida por algumas oscilações. É interessante também observar que no período da pandemia a taxa de risco de pobreza entre géneros se distanciou, com uma redução mais expressiva entre os homens, especialmente em 2021 e 2022. Em 2025, a taxa situava-se em 10,0% entre as mulheres e em 9,0% entre os homens, aumentando em ambos os casos face a 2024.

Figura 4 – Taxa de risco de pobreza persistente por género (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 10% das mulheres residentes em Portugal viviam em risco de pobreza persistente. Entre os homens, esse valor era de 9%.

A Tabela 1 sublinha que, entre 2022 e 2025, independentemente do horizonte temporal as mulheres estiveram quase sempre mais expostas a situações de pobreza do que os homens. A distância é maior para situações de pobreza com duração de um ano. Ao longo deste período, 27,1% das mulheres viveram em risco de pobreza durante pelo menos um ano, face a 23,8% dos homens.

Tabela 1 - Número de anos em risco de pobreza por género, entre 2022 e 2025 (%)

	Feminino	Masculino
Pobre em:		
Pelo menos 1 ano	27,1	23,8
1 ano	9,7	7,7
2 anos	5,4	5,1
3 anos	5,1	4,1
4 anos	6,9	6,9
Nunca pobre	72,8	76,3

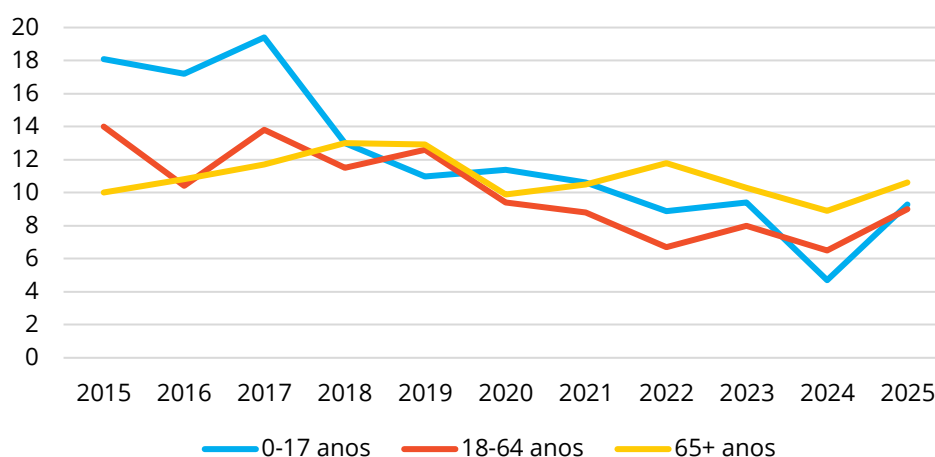
1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 27,1% das mulheres residentes em Portugal (e 23,8% dos homens) viveram em risco de pobreza durante pelo menos um ano.

Existem diferenças entre grupos etários na persistência da pobreza?

A Figura 5 mostra uma alteração no perfil etário da pobreza persistente ao longo da última década. Enquanto, nos primeiros anos do período, as crianças e jovens dos 0 aos 17 anos constituíam o grupo mais frequentemente afetado, esta situação inverteu-se mais recentemente, passando a população com 65 ou mais anos a apresentar a taxa mais elevada. Esta inversão resulta de uma descida particularmente expressiva da taxa de risco de pobreza persistente entre os mais jovens. Em 2025, o risco de pobreza persistente situava-se em 10,6% entre os idosos, acima dos 9,3% registados entre as crianças e jovens e dos 9,0% entre a população dos 18 aos 64 anos.

Figura 5 – Taxa de risco de pobreza persistente por grupo etário (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, o risco de pobreza persistente atingia 10,6% da população com 65 anos ou mais.

A Tabela 2 evidencia diferenças relativamente moderadas entre grupos etários na exposição ao risco de pobreza entre 2022 e 2025, embora a população com 65 ou mais anos apresente, em regra, sinais de maior vulnerabilidade. Neste grupo, 27,6% das pessoas estiveram em risco de pobreza durante pelo menos um ano, face a 24,8% entre os 18 e os 64 anos e 24,3% entre os menores de 18 anos. A maior diferença surge nas situações de pobreza mais prolongadas: 8,0% da população idosa esteve em risco de pobreza nos quatro anos considerados, comparativamente com 6,5% entre a população em idade ativa e 6,1% entre as crianças e jovens.

Tabela 2 – Número de anos em risco de pobreza por grupo etário, entre 2022 e 2025 (%)

	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos
Pobre em:			
Pelo menos 1 ano	24,3	24,8	27,6
1 ano	9,5	8,4	9,2
2 anos	4,4	5,0	6,0
3 anos	4,3	4,9	4,4
4 anos	6,1	6,5	8,0
Nunca pobre	75,7	75,2	72,5

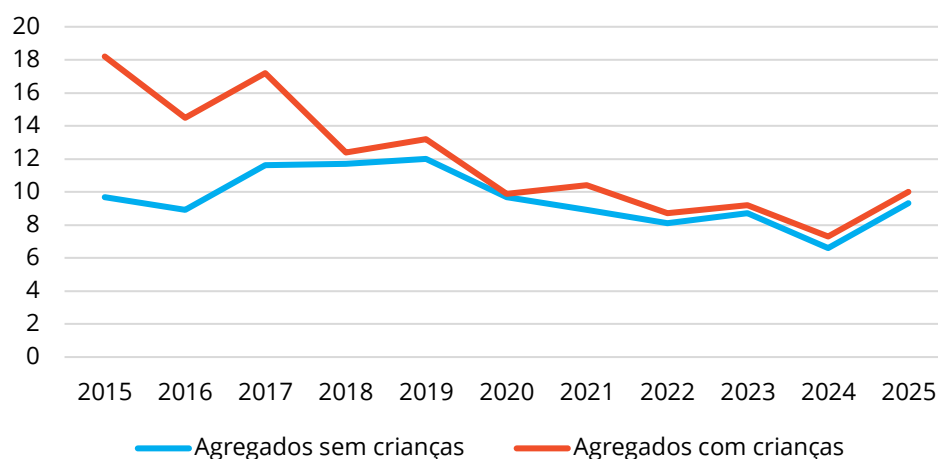
1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 24,3% dos jovens até aos 17 anos residentes em Portugal viveu em risco de pobreza durante pelo menos um ano.

Ter crianças no agregado familiar tem impacto na persistência da pobreza?

A Figura 6 mostra que os agregados com crianças apresentaram, ao longo de todo o período, uma taxa de risco de pobreza persistente superior à dos agregados sem crianças. No entanto, a diferença entre os dois grupos esbateu-se de forma evidente ao longo dos últimos dez anos, como seria de esperar, tendo em conta a evolução da pobreza persistente por grupo etário. Em 2015, a taxa para agregados com crianças era quase o dobro das dos agregados sem crianças (18,2% e 9,7%, respetivamente), enquanto em 2025 a diferença era de menos de um ponto percentual (10,0% e 9,3%, respetivamente). Este resultado reflete progressos significativos na redução da pobreza em agregados com crianças, mas também uma relativa estabilidade na proporção de agregados sem crianças.

Figura 6 – Taxa de risco de pobreza persistente por tipo de agregado (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.
2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.
3. Interpretação: Em 2025, a taxa de risco de pobreza persistente entre agregados com crianças era de 10%. Entre os agregados sem crianças, a taxa era de 9,3%.

A Tabela 3 mostra que a exposição ao risco de pobreza entre 2022 e 2025 foi relativamente semelhante nos dois tipos de agregado, sendo, em regra, ligeiramente superior entre os agregados sem crianças.

Tabela 3 - Número de anos em risco de pobreza por tipo de agregado, entre 2022 e 2025 (%)

	Agregados sem crianças	Agregados com crianças
Pobre em:		
Pelo menos 1 ano	26,0	24,6
1 ano	8,9	8,5
2 anos	5,4	4,9
3 anos	5,1	3,8
4 anos	6,6	7,4
Nunca pobre	73,9	75,3

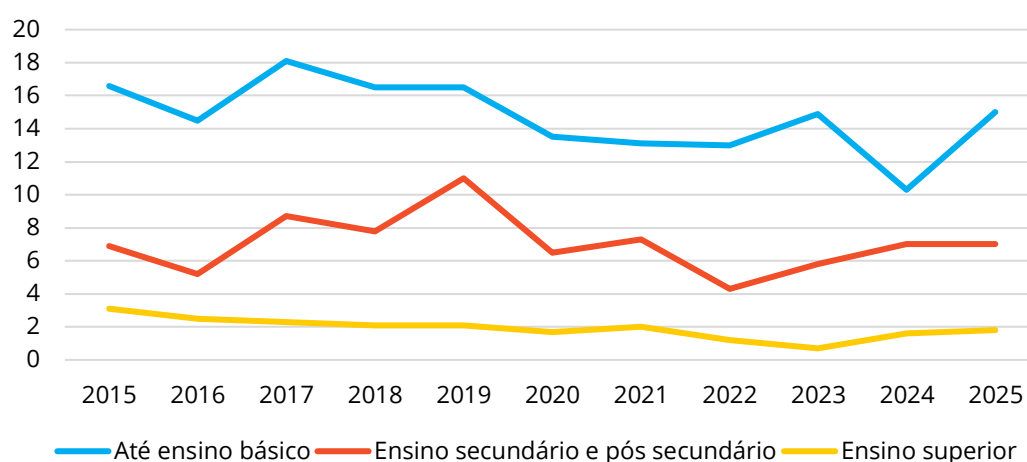
1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.
2. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 26% dos agregados sem crianças viveram em risco de pobreza pelo menos num ano. Entre os agregados com crianças, esse valor é de 24,6%.

A escolaridade tem impacto na persistência da pobreza?

A escolaridade é um fator mais determinante do que o género ou a idade, como a Figura 7 e a Tabela 4 evidenciam, com diferenças entre indivíduos de diferentes níveis de educação muito marcadas.

A Figura 7 evidencia uma associação marcada entre o nível de escolaridade e o risco de pobreza persistente. Ao longo de todo o período, a incidência é sistematicamente mais elevada entre a população com escolaridade até ao ensino básico e substancialmente mais reduzida entre quem concluiu o ensino superior. Em 2025, a taxa atingia 15,0% entre a população com escolaridade até ao ensino básico, comparando com 7,0% entre quem tinha ensino secundário ou pós-secundário e apenas 1,8% entre a população com ensino superior. Apesar das oscilações observadas ao longo dos anos, a hierarquia entre níveis de escolaridade permanece bastante estável.

Figura 7 – Taxa de risco de pobreza persistente por nível de escolaridade (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, entre a população com educação até ao ensino básico, a taxa de risco de pobreza persistente era de 15%. Entre a população com ensino superior completo, era de 1,8%.

A Tabela 4 evidencia que a relação entre o nível de escolaridade e a exposição à pobreza permanece entre 2022 e 2025. Entre a população com escolaridade até ao ensino básico, 35,1% esteve em risco de pobreza durante pelo menos um ano, proporção que diminui para 23,1% entre quem concluiu o ensino secundário ou pós-secundário e para 9,9% entre a população com ensino superior. As diferenças

são ainda mais expressivas nas situações de maior persistência: 11,1% das pessoas com escolaridade até ao ensino básico estiveram em risco de pobreza nos quatro anos considerados, quase oito vezes mais que quem concluiu o ensino superior (1,4%).

Tabela 4 - Número de anos em risco de pobreza por nível de escolaridade, entre 2022 e 2025 (%)

	Até ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Pobre em:			
Pelo menos 1 ano	35,1	23,1	9,9
1 ano	10,3	8,8	5,3
2 anos	6,9	5,9	1,5
3 anos	6,8	3,4	1,7
4 anos	11,1	5,0	1,4
Nunca pobre	64,9	76,9	90,1

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

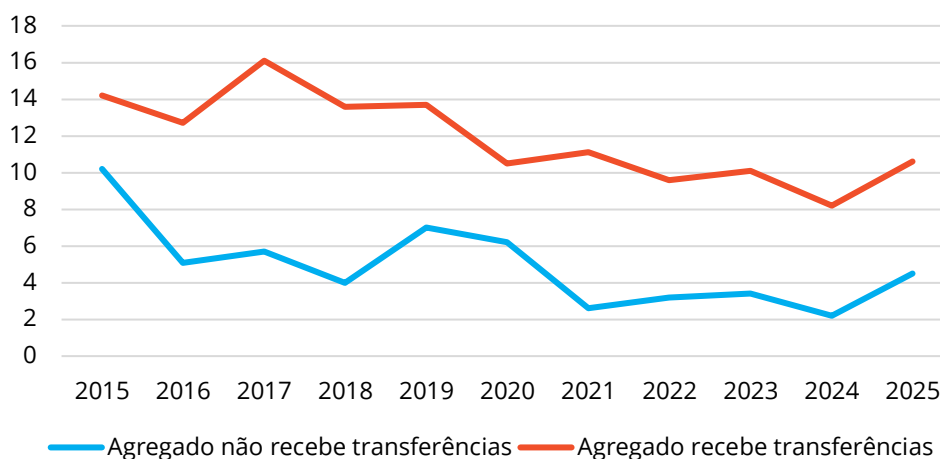
2. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 90,1% da população residente que completou o ensino superior nunca viveu em risco de pobreza. Entre a população que completou até ao ensino básico, esse valor é de 64,9%.

Como se relaciona a pobreza persistente com as transferências sociais?

A Figura 8 evidencia que, ao longo de todo o período, a taxa de risco de pobreza persistente foi sistematicamente mais elevada entre os agregados que receberam, em pelo menos um dos anos análise, alguma transferência do Estado, excluindo pensões. Esta associação não deve, contudo, ser interpretada como um efeito das transferências sobre a pobreza, uma vez que estas tendem a ser direcionadas precisamente para agregados em situações de maior vulnerabilidade económica e que o rendimento considerado na análise inclui as próprias transferências sociais.

Apesar das oscilações anuais, observa-se uma tendência global de redução em ambos os grupos, mais pronunciada entre os agregados que não receberam transferências, cuja taxa passou de 11,6% em 2015 para 5,3% em 2025. Entre os agregados beneficiários de transferências, a taxa diminuiu de 15,1% para 12,5% no mesmo período, mantendo-se assim uma diferença assinalável entre os dois grupos.

Figura 8 – Taxa de risco de pobreza persistente por transferências recebidas pelo agregado (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2012-2015 a 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Nesta análise foram consideradas todas as transferências sociais exceto as pensões. Os agregados que são classificados como não recebendo transferências, nunca receberam uma transferência no período de quatro anos antes do ano de referência. Os agregados que receberam alguma transferência em pelo menos um ano, são classificados com recebendo transferências.

4. Interpretação: Em 2025, a taxa de pobreza persistente entre agregados que recebiam transferências do Estado era de 10,6%. Entre agregados que não recebiam transferências, esse valor era de 4,5%.

Como seria de esperar, entre 2022 e 2025, a exposição ao risco de pobreza foi substancialmente maior entre os agregados que receberam alguma transferência social (exceto pensões) neste período, como exibido na Tabela 5. Neste grupo, 28,3% viveu em risco de pobreza durante pelo menos um ano, face a 13,6% entre os agregados que não receberam transferências. A diferença é particularmente evidente nas situações de pobreza mais persistente, em que a proporção de agregados que receberam alguma transferência e foram pobres durante 4 anos é quase quatro vezes superior aos dos agregados que nunca receberam uma transferência, excluindo pensões.

Tabela 5 - Número de anos em risco de pobreza por transferências recebidas pelo agregado, entre 2022 e 2025 (%)

	Agregado não recebe transferências	Agregado recebe transferências
Pobre em:		
Pelo menos 1 ano	13,6	28,3
1 ano	5,5	9,5
2 anos	2,9	5,8
3 anos	2,9	5,0
4 anos	2,3	8,0
Nunca pobre	86,4	71,7

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Nesta análise foram consideradas todas as transferências sociais exceto as pensões. Os agregados que são classificados como não recebendo transferências, nunca receberam uma transferência no período de quatro anos antes do ano de referência. Os agregados que receberam alguma transferência em pelo menos um ano, são classificados com recebendo transferências.

3. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 28,3% dos agregados que receberam transferências do Estado em Portugal viveram em risco de pobreza pelo menos um ano. Entre os agregados que não receberam transferências, 13,6% estavam nessa situação.

3. Privação Persistente

Como se caracteriza a privação material e social persistente?

A Tabela 6 mostra que, embora uma parte relevante da população tenha passado por situações de privação material e social em algum momento entre 2022 e 2025, a sua persistência ao longo do tempo é bastante menos frequente. No conjunto do período, 21,4% da população esteve em privação material e social (cinco ou mais dimensões em privação) durante pelo menos um ano, proporção que se reduz para 10,0% quando se considera a privação material e social severa (sete ou mais dimensões em privação). Em 2025, a taxa de privação material e social persistente situava-se em 5,8%, enquanto a correspondente taxa de privação severa era de 1,8%, pelo que as situações mais intensas e duradouras de privação abrangem uma parcela relativamente mais reduzida da população.

Tabela 6 - Taxa de privação material e social persistente, entre 2022 e 2025 (%)

	Privação material e social	Privação material e social severa
Taxa de privação persistente	5,8	1,8
Privação em:		
Pelo menos 1 ano	21,4	10,0
1 ano	9,2	5,4
2 anos	5,7	2,6
3 anos	3,1	1,4
4 anos	3,4	0,6
Nunca em privação	78,6	90,0

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 5,8% da população residente em Portugal vivia em privação material e social, e 1,8% em privação material e social severa.

A Tabela 7 elenca os três itens ao nível do agregado em que a privação persistente foi mais elevada entre 2022 e 2025. Os valores correspondentes aos restantes itens de privação, tanto ao nível do agregado como ao nível individual, encontram-se em anexo, nas Tabelas A2 e A3, respetivamente.

A incapacidade de pagar uma semana de férias por ano fora de casa destaca-se, com 25,4% da população em privação persistente, e com 18,7% em privação durante todos os anos em análise, também o valor mais alto dos três. Seguem-se a incapacidade de substituir móveis usados, com 22,4% em privação persistente, e a de suportar despesas inesperadas, com 20,7%. A exposição a estes constrangimentos foi ainda mais generalizada quando se considera a ocorrência em pelo menos um dos quatro anos, mostrando que quase metade da população enfrentou, de forma temporária ou persistente, limitações em alguma destas dimensões das condições materiais de vida.

Tabela 7 - Proporção de pessoas em privação persistente por item, entre 2022 e 2025 (%)

	Capacidade para:		
	Pagar uma semana de férias por ano fora de casa	Substituir móveis usados	Suportar despesas inesperadas
Em privação persistente	25,4	22,4	20,7
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	54,8	60,9	47,1
1 ano	13,7	17,6	14,5
2 anos	10,8	15,6	9,2
3 anos	11,6	13,6	8,9
4 anos	18,7	14,1	14,5
Nunca em privação	45,3	39,1	53,0

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Nesta tabela, apenas são considerados os três itens de privação com maior prevalência.

4. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 54,8% da população residente em Portugal não conseguiu pagar uma semana de férias anual fora de casa em pelo menos um ano.

Qual é a relação entre a persistência da pobreza monetária e da privação?

O cruzamento da condição de pobreza persistente com a privação material e social persistente tem particular interesse por permitir identificar as pessoas que enfrentam simultaneamente situações prolongadas de pobreza monetária e de pobreza material, constituindo por isso um grupo especialmente vulnerável. A Tabela 8 resume esses resultados. Em 2025, 28,8% das pessoas em pobreza persistente encontravam-se também em privação material e social persistente, face a apenas 3,4% entre as pessoas que não viviam em pobreza persistente. Considerando todo o período entre 2022 e 2025, 62,8% das pessoas em pobreza persistente passaram por privação material e social em pelo menos um ano, o que reforça a forte associação entre estas duas dimensões de vulnerabilidade.

As Tabelas A4, A5, A6 e A7, em anexo, mostram a prevalência das 13 dimensões de privação, comparando entre as pessoas que estavam em risco de pobreza persistente e as que não estavam. De forma geral, a população que estava em pobreza persistente sofre níveis mais elevados de privação. A incapacidade de pagar uma semana de férias fora de casa é a privação mais frequente para ambos os grupos, mas é quase três vezes mais prevalente entre os que estavam em risco de pobreza persistente (59,9% vs. 21,7%).

Tabela 8 - Taxa de risco de privação material e social persistente por condição de pobreza persistente, entre 2022 e 2025 (%)

	Pobre persistente	Não pobre persistente
Em privação persistente	28,8	3,4
Privação em:		
Pelo menos 1 ano	62,8	17,0
1 ano	14,9	8,6
2 anos	17,4	4,4
3 anos	15,1	1,9
4 anos	15,4	2,1
Nunca em privação	37,2	83,0

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 28,8% das pessoas que viviam em risco de pobreza persistente também viviam em privação material e social persistente.

Existem diferenças de género na persistência da privação?

A Tabela 9 mostra diferenças de género relativamente reduzidas na incidência da privação material e social, mas sistematicamente desfavoráveis às mulheres. Em 2025, 6,4% das mulheres encontravam-se em privação persistente, face a 5,2% dos homens. O mesmo padrão se observa para todas as durações consideradas entre 2022 e 2025: a proporção de mulheres em privação é sempre superior à dos homens.

Tabela 9 - Taxa de privação material e social persistente por género, entre 2022 e 2025 (%)

	Feminino	Masculino
Em privação persistente	6,4	5,2
Privação em:		
Pelo menos 1 ano	23,1	19,6
1 ano	9,6	8,9
2 anos	6,4	4,9
3 anos	3,3	2,9
4 anos	3,8	2,9
Nunca em privação	76,9	80,5

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 6,4% das mulheres viviam em privação material e social persistente. Para os homens, este valor era de 5,2%.

Existem diferenças entre grupos etários na persistência da privação?

A Tabela 10 revela diferenças relevantes na incidência e na duração da privação material e social entre grupos etários, tal como observamos para a pobreza monetária persistente. As crianças e jovens apresentam as proporções mais baixas de privação durante um, dois ou três anos, mas, em contraste, registam a percentagem mais elevada de pessoas em privação durante os quatro anos considerados (4,9%).

Entre a população com 65 ou mais anos, a exposição à privação é, em geral, mais frequente. Na mesma linha dos restantes resultados, os idosos apresentam a menor proporção de pessoas que nunca esteve em privação (74,5%). Este padrão sugere que a privação material e social atinge uma parcela mais alargada da população idosa, mas são as crianças que enfrentam situações mais duradouras de privação.

Tabela 10 - Taxa de risco de privação material e social persistente por grupo etário, entre 2022 e 2025 (%)

	0-17 anos	18-64 anos	65+ anos
Taxa de privação persistente	6,8	5,2	6,8
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	12,3	21,1	25,5
1 ano	3,6	9,4	11,1
2 anos	1,5	5,7	7,3
3 anos	2,3	3,0	3,6
4 anos	4,9	3,0	3,5
Nunca em privação	87,7	78,9	74,5

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 6,8% dos jovens com menos de 17 anos viviam em privação material e social persistente.

Ter crianças no agregado familiar tem impacto na persistência da privação?

A decomposição por tipo de agregado apresentada na Tabela 11 revela uma maior incidência da privação material e social entre os agregados sem crianças. Neste grupo, 24,7% das pessoas estiveram em privação durante pelo menos um ano entre 2022 e 2025, comparando com 15,8% nos agregados com crianças. A diferença mantém-se também nas situações mais prolongadas e reflete-se na taxa de privação persistente, que atinge 6,6% nos agregados sem crianças e 4,5% nos

agregados com crianças. No mesmo sentido, a proporção de pessoas que nunca esteve em privação é superior nos agregados com crianças, situando-se em 84,3%, face a 75,3% nos agregados sem crianças.

Tabela 11 - Taxa de risco de privação material e social persistente por tipo de agregado, entre 2022 e 2025 (%)

	Agregados sem crianças	Agregados com crianças
Taxa de privação persistente	6,6	4,5
Privação em:		
Pelo menos 1 ano	24,7	15,8
1 ano	10,5	7,0
2 anos	7,1	3,3
3 anos	3,3	2,8
4 anos	3,8	2,7
Nunca em privação	75,3	84,3

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 6,6% dos agregados sem crianças viviam em privação material e social persistente. Entre os agregados com crianças, este valor era de 4,5%.

A escolaridade tem impacto na persistência da privação?

A Tabela 12 evidencia, de forma comparável à Tabela 4 para a pobreza monetária persistente, uma associação muito marcada entre o nível de escolaridade e a exposição à privação material e social ao longo do tempo. A taxa de privação persistente diminui de 9,4% entre a população com escolaridade até ao ensino básico para 3,5% entre quem completou o ensino secundário ou pós-secundário e para apenas 0,6% entre quem possui ensino superior.

A população com ensino superior revela-se, assim, consistentemente pouco vulnerável a situações de privação prolongada no tempo, sendo que 95,3% nunca esteve em privação material e social entre 2022 e 2025. Em sentido oposto, entre a população com escolaridade até ao ensino básico, um terço (33,4%) passou por uma situação de privação material e social em pelo menos um dos quatro anos considerados.

Tabela 12 - Taxa de risco de privação material e social persistente por nível de escolaridade, entre 2022 e 2025 (%)

	Até ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Taxa de privação persistente	9,4	3,5	0,6
Privação em:			
1 ano	13,4	9,7	2,9
2 anos	9,6	4,5	1,0
3 anos	4,9	2,4	0,6
4 anos	5,5	1,8	0,2
Pelo menos 1 ano	33,4	18,4	4,7
Nunca em privação	66,7	81,7	95,3

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 9,4% das pessoas que apenas completaram o ensino básico viviam em privação material e social persistente.

Como se relaciona a privação persistente com as transferências sociais?

A Tabela 13 permite comparar a incidência da privação material e social entre os agregados que recebem transferências sociais do Estado e os que não recebem. Tendo em conta o desenho das transferências sociais, é expectável que estas cheguem a mais famílias em situação de privação, pelo que não devemos interpretar estes resultados como um efeito das transferências. Por outro lado, as diferenças evidenciam que as transferências sociais não são suficientes para eliminar as diferenças de acesso a bens e serviços essenciais, o que convoca uma reflexão relativamente à sua efetividade.

Entre 2022 e 2025, 24,6% das pessoas em agregados que receberam algum tipo de transferência, exceto pensões, no período em análise estiveram em privação pelo menos num ano, face a 7,6% entre os agregados que nunca as receberam. Como é expectável, também a privação persistente é mais frequente no primeiro grupo, atingindo 6,6%, comparativamente com 2,6% no segundo.

Tabela 13 - Taxa de risco de privação material e social persistente por transferências recebidas pelo agregado, entre 2022 e 2025 (%)

	Agregado não recebe transferências	Agregado recebe transferências
Taxa de privação persistente	2,6	6,6
Privação em:		
Pelo menos 1 ano	7,6	24,6
1 ano	2,1	10,9
2 anos	2,6	6,4
3 anos	1,4	3,5
4 anos	1,5	3,8
Nunca em privação	92,5	75,5

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Nesta análise foram consideradas todas as transferências sociais exceto as pensões. Os agregados que são classificados como não recebendo transferências, nunca receberam uma transferência no período de quatro anos antes do ano de referência. Os agregados que receberam alguma transferência em pelo menos um ano, são classificados com recebendo transferências.

4. Interpretação: Em 2025, 2,6% dos agregados que não receberam transferências (entre 2022 e 2025) viviam em privação material e social persistente. Entre os agregados que receberam transferências (no mesmo período), este valor era de 6,6%.

4. Satisfação com a vida e confiança interpessoal

Como discutimos na introdução, a situação de duas pessoas que se encontram na pobreza num determinado ano é muito distinta consoante as trajetórias de entradas e saídas da situação de pobreza. Embora os nossos dados não nos permitam analisar situações de mais longo prazo, nesta secção do relatório demonstramos que, mesmo na curta janela de análise de dispomos, a pobreza persistente condiciona aspetos de bem-estar subjetivo e de relação interpessoal.

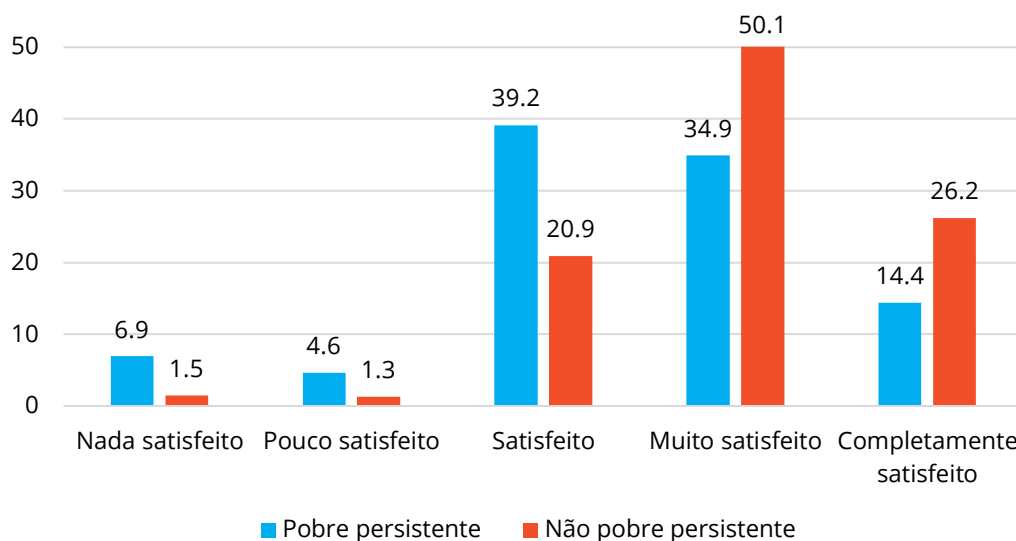
Como se relaciona a pobreza persistente com a satisfação geral com a vida?

A Figura 9 mostra que a pobreza persistente está associada a níveis mais reduzidos de satisfação geral com a vida.

Entre as pessoas em risco pobreza persistente, predominam níveis mais baixos de satisfação geral com a vida, com 6,9% a declararem-se “nada satisfeitas” e 4,6% “pouco satisfeitas”, num total de 11,5%. A prevalência de pessoas nada ou pouco satisfeitas com a vida é quatro vezes menor (2,8%) nas que não estão em situação de pobreza persistente.

Em contraste, entre a população que não se encontra em risco de pobreza persistente, verifica-se uma maior concentração nos níveis superiores. Três em cada quatro pessoas que não estão numa situação de pobreza persistente declaram-se muito satisfeitos ou completamente satisfeitos com a vida, o que compara com apenas duas em cada quatro nas que se encontram em pobreza persistente.

Figura 9 - Satisfação geral com a vida por condição de pobreza persistente, em 2025 (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, apenas 14,4% da população em risco de pobreza persistente estavam completamente satisfeita com a sua vida. Para as pessoas que não estavam em risco de pobreza persistente, esse valor é de 26,2%.

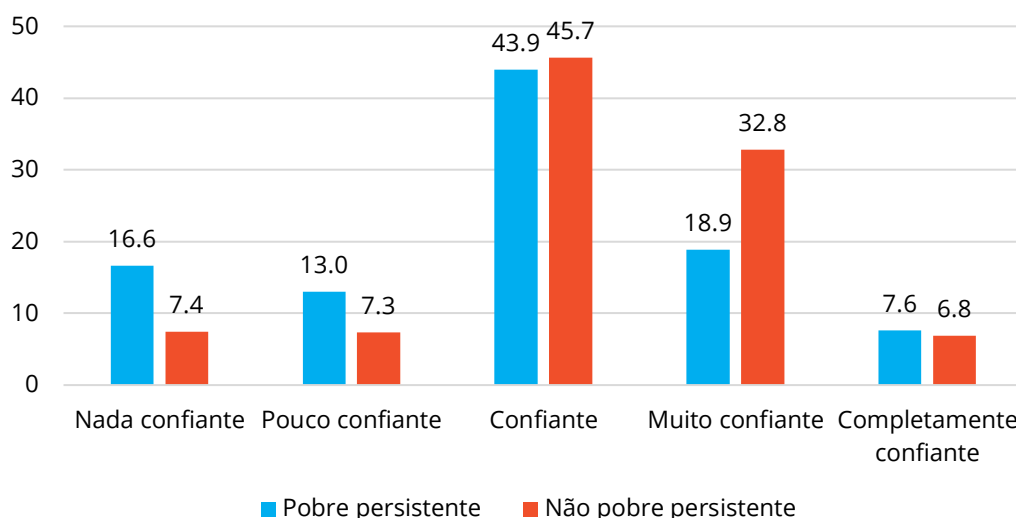
Como se relaciona a pobreza persistente com a confiança interpessoal?

A Figura 10 evidencia diferenças na confiança nos outros em função da condição de pobreza persistente.

A prevalência de pessoas que não confia ou confia pouco nos outros é o dobro entre quem se encontra na situação de pobreza persistente, quando comparada com as restantes pessoas: 29,6% vs. 14,7%.

Em sentido inverso, a proporção de pessoas “muito confiantes” é significativamente superior entre as que não estão em situação de pobreza persistente (32,8% vs. 18,9%) - ou seja, uma em cada três pessoas que não está em situação de pobreza persistente confia muito nos outros, o que apenas sucede para uma em cada cinco pessoas em pobreza persistente.

Figura 10 - Confiança interpessoal por condição de pobreza persistente, em 2025 (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 16,6% da população em risco de pobreza persistente não confiava nada nos outros. Para as pessoas que não estavam em risco de pobreza persistente, esse valor é apenas de 7,4%.

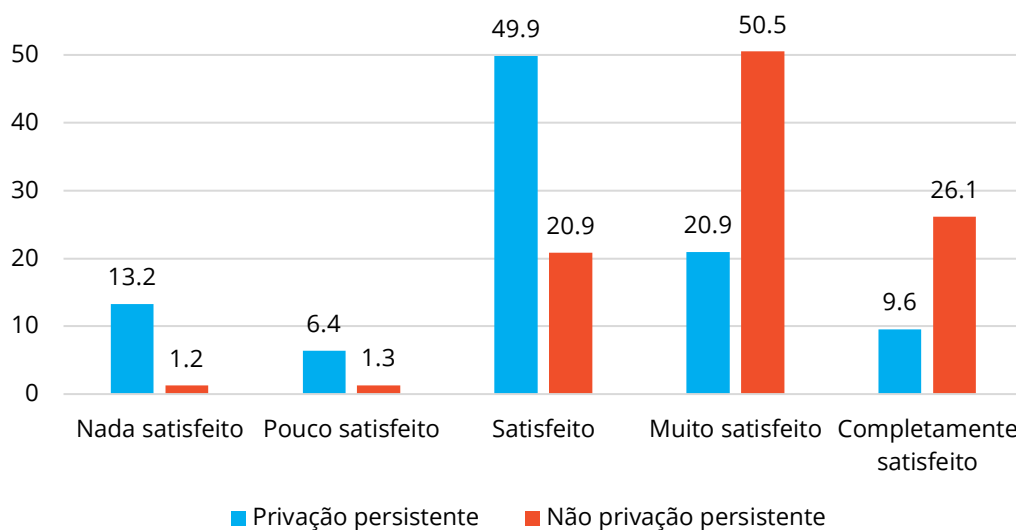
Como se relaciona a privação persistente com a satisfação geral com a vida?

A Figura 11 mostra a relação entre a privação material e social persistente e a satisfação geral com a vida.

Entre as pessoas em privação persistente, 13,2% declararam-se nada satisfeitas e 6,4% pouco satisfeitas – uma prevalência oito vezes superior à que ocorre na população sem privação persistente (1,2% e 1,3%, respetivamente).

Por outro lado, 76,6% de quem não vive em privação declara-se muito ou completamente satisfeito com a vida, percentagem que cai para 30,5% entre quem vive em persistência permanente. A proporção de pessoas completamente satisfeitas com a vida é quase três vezes inferior entre quem vive em persistência permanente.

Figura 11 - Satisfação geral com a vida por condição de privação material e social persistente, em 2025 (%)



1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

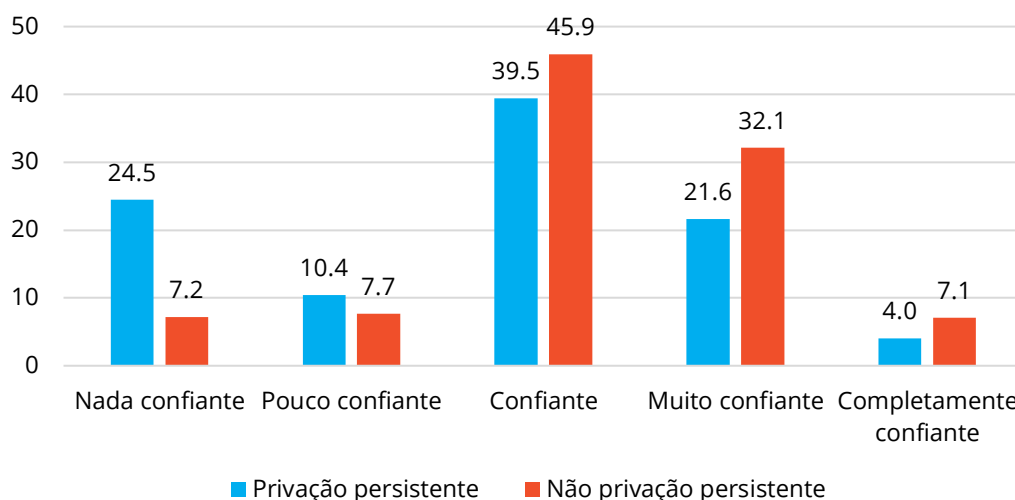
3. Interpretação: Em 2025, apenas 9,6% da população em privação persistente estavam completamente satisfeita com a sua vida. Para as pessoas que não estavam em privação persistente, esse valor é de 26,1%.

Como se relaciona a privação persistente com a confiança interpessoal?

Segundo a Figura 12, entre as pessoas em privação persistente, 24,5% declararam não confiar nada nos outros e 10,4% confiar pouco, valores superiores aos observados no grupo sem privação persistente (7,2% e 7,7%, respetivamente), sendo que a proporção de pessoas sem qualquer confiança é, no primeiro grupo, mais de três vezes superior.

Em sentido inverso, as categorias de confiança mais elevadas são menos expressivas entre as pessoas em privação persistente: 21,6% afirmaram ser muito confiantes e 4,0% completamente confiantes, contra 32,1% e 7,1% entre as pessoas que não se encontravam em privação. A privação persistente associa-se a níveis de confiança interpessoal globalmente mais baixos.

Figura 12 - Confiança interpessoal por condição de privação material e social persistente, em 2025 (%)

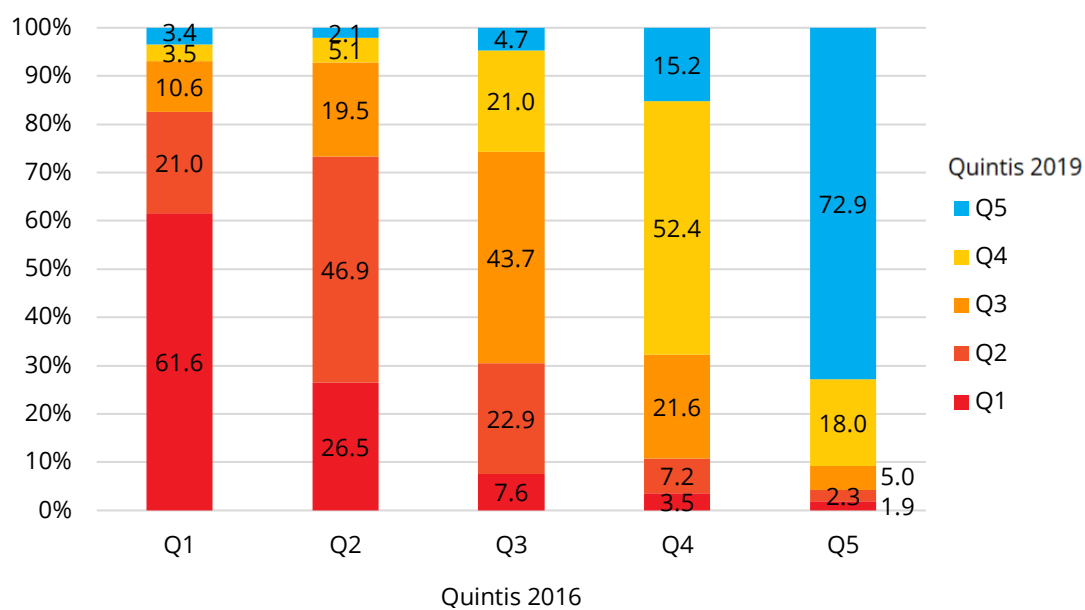


1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação material e social persistente se ela vive em privação material e social no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Interpretação: Em 2025, 24,5% da população em privação persistente não confiava nada nos outros. Para as pessoas que não estavam em privação persistente, esse valor é apenas de 7,2%.

Anexo

Tabela A1 - Mobilidade entre os quintis do rendimento equivalente, entre 2016 e 2019 (%)

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2016-2019.

2. Estes cálculos foram feitos usando o *Distributive Analysis Stata Package*.

3. Interpretação: Entre as pessoas que em 2016 estavam nos 20% mais pobres (Q1), 61,6% continuavam entre os 20% mais pobres (Q1) em 2019.

Tabela A2 - Proporção de pessoas em privação persistente por item ao nível do agregado, entre 2022 e 2025 (%)

	Capacidade para:			
	Pagar uma semana de férias por ano fora de casa	Suportar despesas inesperadas	Ter a casa adequadamente aquecida	Pagar hipotecas, rendas ou outras contas sem atraso
Em privação persistente	25,4	20,7	8,6	1,9
Privação em:				
Pelo menos 1 ano	54,8	47,1	36,8	9,5
1 ano	13,7	14,5	16,8	5,0
2 anos	10,8	9,2	10,0	2,0
3 anos	11,6	8,9	6,0	1,8
4 anos	18,7	14,5	4,0	0,7
Nunca em privação	45,3	53,0	63,3	90,5

	Capacidade para:		
	Ter disponível um veículo ligeiro de passageiros ou misto	Ter uma refeição proteica, pelo menos de dois em dois dias	Substituir móveis usados
Em privação persistente	2,3	0,5	22,4
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	8,6	10,2	60,9
1 ano	3,2	8,5	17,6
2 anos	2,5	1,1	15,6
3 anos	1,6	0,5	13,6
4 anos	1,3	0,1	14,1
Nunca em privação	91,4	89,8	39,1

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Nesta tabela, apenas são considerados os itens de privação ao nível do agregado.

4. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 54,8% da população residente em Portugal não conseguiu pagar uma semana de férias anual fora de casa em pelo menos um ano.

Tabela A3 - Proporção de pessoas em privação persistente por item ao nível do indivíduo, entre 2022 e 2025 (%)

	Capacidade para:		
	Substituir roupa usada por alguma roupa nova	Ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	Encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês
Em privação persistente	1,7	0,0	1,4
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	14,7	1,9	13,4
1 ano	8,9	1,5	8,4
2 anos	3,9	0,4	3,2
3 anos	1,0	0,0	1,1
4 anos	0,9	0,0	0,7
Nunca em privação	85,3	98,0	86,6

	Capacidade para:		
	Participar regularmente numa atividade de lazer	Gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	Ter uma ligação à internet para uso pessoal em casa
Em privação persistente	3,4	3,7	0,9
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	22,5	22,1	5,4
1 ano	13,3	12,7	3,0
2 anos	4,9	5,1	1,3
3 anos	2,9	2,5	0,7
4 anos	1,4	1,8	0,4
Nunca em privação	77,6	77,8	94,6

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Nesta tabela, apenas são considerados os itens de privação ao nível do indivíduo.

4. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 22,5% da população residente em Portugal não conseguiu participar regularmente numa atividade de lazer em pelo menos um ano.

Tabela A4 - Proporção de pessoas em privação persistente e em pobreza persistente por item ao nível do agregado, entre 2022 e 2025 (%)

Pobre persistente	Capacidade para:			
	Pagar uma semana de férias por ano fora de casa	Suportar despesas inesperadas	Ter a casa adequadamente aquecida	Pagar hipotecas, rendas ou outras contas sem atraso
Em privação persistente	59,9	57,2	25,6	1,2
Privação em:				
Pelo menos 1 ano	91,4	77,7	71,0	22,5
1 ano	11,0	8,7	18,4	11,5
2 anos	11,8	8,8	23,6	7,5
3 anos	20,3	17,8	17,8	3,0
4 anos	48,3	42,4	11,2	0,5
Nunca em privação	8,7	22,3	28,9	77,5

Pobre persistente	Capacidade para:		
	Ter disponível um veículo ligeiro de passageiros ou misto	Ter uma refeição proteica, pelo menos de dois em dois dias	Substituir móveis usados
Em privação persistente	13,3	2,3	57,5
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	35,0	24,8	89,3
1 ano	7,2	17,6	5,9
2 anos	12,9	4,8	14,4
3 anos	4,4	1,8	26,1
4 anos	10,5	0,6	42,9
Nunca em privação	65,0	75,2	10,7

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

4. Nesta tabela, apenas são considerados indivíduos em risco de pobreza persistente e os itens de privação ao nível do agregado.

5. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 91,4% da população em risco de pobreza persistente não conseguiu pagar uma semana de férias anual fora de casa em pelo menos um ano.

Tabela A5 - Proporção de pessoas em privação persistente e não em pobreza persistente por item ao nível do agregado, entre 2022 e 2025 (%)

Não pobre persistente	Capacidade para:			
	Pagar uma semana de férias por ano fora de casa	Suportar despesas inesperadas	Ter a casa adequadamente aquecida	Pagar hipotecas, rendas ou outras contas sem atraso
Em privação persistente	21,7	16,9	6,8	1,9
Privação em:				
Pelo menos 1 ano	50,8	43,8	33,1	8,2
1 ano	14,0	15,1	16,6	4,3
2 anos	10,7	9,2	8,5	1,5
3 anos	10,6	8,0	4,7	1,7
4 anos	15,5	11,5	3,3	0,7
Nunca em privação	49,2	56,2	66,9	91,8

Não pobre persistente	Capacidade para:		
	Ter disponível um veículo ligeiro de passageiros ou misto	Ter uma refeição proteica, pelo menos de dois em dois dias	Substituir móveis usados
Em privação persistente	1,1	0,3	18,7
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	6,0	8,7	57,9
1 ano	2,8	7,6	18,8
2 anos	1,5	0,7	15,7
3 anos	1,3	0,3	12,3
4 anos	0,4	0,1	11,1
Nunca em privação	94,2	91,4	42,1

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

4. Nesta tabela, apenas são considerados indivíduos que não estão em risco de pobreza persistente e os itens de privação ao nível do agregado.

5. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 50,8% da população que não estava em risco de pobreza persistente não conseguiu pagar uma semana de férias anual fora de casa em pelo menos um ano.

Tabela A6 - Proporção de pessoas em privação persistente e em pobreza persistente por item ao nível do indivíduo, entre 2022 e 2025 (%)

Pobre persistente	Capacidade para:		
	Substituir roupa usada por alguma roupa nova	Ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	Encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês
Em privação persistente	7,9	0,0	6,1
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	44,7	9,0	40,8
1 ano	20,4	6,6	21,0
2 anos	15,2	2,4	11,8
3 anos	3,8	0,0	5,3
4 anos	5,3	0,0	2,7
Nunca em privação	55,4	90,9	59,3

Pobre persistente	Capacidade para:		
	Participar regularmente numa atividade de lazer	Gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	Ter uma ligação à internet para uso pessoal em casa
Em privação persistente	11,5	16,3	4,7
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	51,8	51,1	23,0
1 ano	20,5	19,9	12,9
2 anos	15,8	13,2	4,8
3 anos	10,5	10,4	3,0
4 anos	5,0	7,6	2,3
Nunca em privação	48,3	48,9	77,0

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

4. Nesta tabela, apenas são considerados indivíduos em risco de pobreza persistente e os itens de privação ao nível do indivíduo.

5. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 51,8% da população em risco de pobreza persistente não conseguiu participar regularmente numa atividade de lazer em pelo menos um ano.

Tabela A7 - Proporção de pessoas em privação persistente e não em pobreza persistente por item ao nível do indivíduo, entre 2022 e 2025 (%)

Não pobre persistente	Capacidade para:		
	Substituir roupa usada por alguma roupa nova	Ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	Encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês
Em privação persistente	1,1	0,0	0,9
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	11,5	1,2	10,5
1 ano	7,6	1,0	7,1
2 anos	2,7	0,2	2,3
3 anos	0,7	0,0	0,6
4 anos	0,5	0,0	0,5
Nunca em privação	88,5	98,8	89,5

Não pobre persistente	Capacidade para:		
	Participar regularmente numa atividade de lazer	Gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	Ter uma ligação à internet para uso pessoal em casa
Em privação persistente	2,6	2,4	0,5
Privação em:			
Pelo menos 1 ano	19,3	19,2	3,5
1 ano	12,5	12,0	2,0
2 anos	3,7	4,3	0,9
3 anos	2,1	1,7	0,4
4 anos	1,0	1,2	0,2
Nunca em privação	80,7	80,9	96,5

1. Fonte: ICOR Longitudinal 2022-2025.

2. Considera-se que uma pessoa vive em privação persistente se ela vive em privação no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

3. Considera-se que uma pessoa vive em risco de pobreza persistente se ela vive em risco de pobreza no ano de referência e em pelo menos dois dos três anos anteriores.

4. Nesta tabela, apenas são considerados indivíduos que não estão em risco de pobreza persistente e os itens de privação ao nível do indivíduo.

5. Interpretação: Entre 2022 e 2025, 19,3% da população que não estava em risco de pobreza persistente não conseguiu participar regularmente numa atividade de lazer em pelo menos um ano.